

### **CAPÍTULO 3 DO LIVRO *CINCO SÉCULOS DE REVOLUÇÃO: AS TAREFAS DAS FORÇAS DEMOCRÁTICO-BURGUESAS* – GEORGE NOVACK**

---

(...)

Houveram seis grandes insurreições de massas que marcaram as revoluções democrático burguesas, derrubaram os velhos regimes no mundo ocidental e abriram as portas para a nova ordem capitalista. Se iniciaram com a revolução holandesa no final do século XVI, que levou à independência dos países baixos frente a tutela espanhola e a instauração da república na Holanda. A segunda insurreição foi a revolução inglesa do século XVII que garantiu a supremacia da burguesia inglesa e seu sistema parlamentar. A terceira revolução foi a das colônias norte-americanas da qual surgiram os Estados Unidos. O quarto levante foi a titânica revolução francesa que esmagou a coluna vertebral da ordem feudal na Europa ocidental. O quinto levante foram as revoluções menos exitosas de 1848 neste mesmo continente. O ato final desta sequência de lutas através das quais a burguesia conseguiu seu domínio do planeta, foi a guerra civil entre os estados do norte e do sul nos Estados Unidos. Com ela, a revolução democrática realizou finalmente todo seu potencial.

(...)

Complearei com o enfoque de um acontecimento colateral da revolução francesa, a insurreição dos escravos negros da ilha de São Domingos, a primeira afirmação vitoriosa da autodeterminação social e nacional de uma parte dos povos oprimidos pelo domínio colonial das potências europeias. Esta revolução no Haiti foi precursora da onda de rebeliões das massas coloniais que caracterizaram a segunda era de revoluções do século XX.

(...)

Quais eram as principais instituições feudais que bloqueavam o avanço das forças burguesas e que deveriam ser derrubadas? Seis eram os pilares da hierarquia feudal...

O primeiro era a servidão, o modo de exploração pré-capitalista mais importante; o segundo era o sistema de grêmios, um modo de manufatura pré-capitalista; o terceiro era constituídos pelos privilégios medievais e os monopólios reais que impediam a formação e a extensão do mercado livre; o quarto era a monarquia absolutista que, no início, promoveu e depois obstaculizou os interesses da burguesia; o quinto era a nobreza latifundiária, que apoiava incondicionalmente à monarquia; e o sexto era a Igreja católica que possuía um terço das terras de toda Europa e era a principal defensora do mundo medieval.

Para superar estes obstáculos, as forças burguesas deveriam levar a cabo as seguintes tarefas. Primeiramente, deviam criar um mercado livre. A grande burguesia lutou pelos seus objetivos económicos de maneira mais vigorosa que sua luta pelas reformas políticas reivindicadas e postas em prática pelas forças mais democráticas. Suas operações políticas eram guiadas por suas próprias necessidades materiais que dependiam da expansão do mercado interno como fonte de capitais e a luta para capturar uma fração crescente do mercado mundial.

(...)

O mercado livre é o resultado do crescimento das relações capitalistas e se consolida com uma revolução burguesa triunfante. A luta pela troca de mercadorias sem restrições foi o objetivo supremo dos primeiros revolucionários burgueses, estivessem ou não plenamente conscientes disso. Alguns de seus representantes mais esclarecidos, como Alexander Hamilton, o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, eram muito conscientes deste objetivo

econômico e atuaram de forma sistemática para consegui-lo.

Este é o núcleo central do movimento contra o feudalismo. O núcleo econômico da liberdade, a igualdade e a fraternidade burguesas é a liberdade de comprar e vender sem interferências de poderes arbitrários ("a livre empresa"). Inclusive, os *Niveladores*, denominação de uma das correntes mais radicais da revolução inglesa do século XVII exigiam, junto com suas demandas de liberdade de crenças religiosas e políticas, direitos econômicos como os de liberdade de vender e comprar, produzir e comerciar sem licenças, monopólios e regulações ou imposições fiscais arbitrárias.

Para a burguesia mais endinheirada, estes objetivos econômicos e não os da democracia e das liberdades políticas para as massas, eram os que guiavam suas atividades opositoras. Em geral, os grandes magnatas se conformavam com o tipo de mercado e o governo tolerante adequado a suas necessidades e tanto melhor se os conseguia sem ter de recorrer a violência frontal contra o velho regime. Em certas situações, no entanto, os comerciantes ricos eram pressionados tão fortemente pelos seus aliados e exércitos plebeus que se viam obrigados a tomar medidas mais radicais que as originalmente previstas. Também, sob certas circunstâncias, estavam dispostos a aceitar uma negociação na qual, em troca de medidas democratizantes, eles conseguiriam as reformas econômicas desejadas e conseguiriam o domínio político que buscavam.

A segunda tarefa da revolução democrático-burguesa era a transformação das relações agrárias. Antes da revolução industrial, a reforma agrária era o problema vital, inclusive nos países mais avançados. Com o objeto de liberar as forças produtivas da sociedade burguesa dos grilhões feudais e de constituir um real e crescente mercado capitalista, os grandes senhores da terra deveriam ser liquidados e suas terras distribuídas entre os camponeses.

A terra confiscada dos seus antigos donos era convertida em uma mercadoria que seria comprada e vendida sem restrições. O qual equivalia a concedê-la, de maneira direta ou através do governo, a latifundiários privados, camponeses, granjeiros ou capitalistas.

Nas colônias, a população nativa devia ser expulsada dos seus lugares de origem. A América do Norte estava em poder de povos indígenas que exploravam a terra de modo comunitário. Para eles, a terra, que não era propriedade privada devido ao seu modo de organização coletivista, não era comerciável.

As forças burguesas e seus regimes tinham que expulsar os indígenas de seus ancestrais campos de caça, antes de poder parcelá-los e entregá-los a proprietários privados ou colocá-los à venda no mercado. Mais tarde, os rebeldes das colônias, justificando-se nestas mesmas razões, se apropriaram das terras da Coroa e confiscaram os proprietários leais à Inglaterra.

Neste processo de desenraizamento do domínio feudal, as terras de posse perpétua da igreja católica, das terras dos grandes latifundiários, assim como a terra comunal do povo, foram convertidas, de um modo ou outro, em propriedade privada. Pela primeira vez na história e de forma massiva, a propriedade da terra converteu-se em um artigo de compra e venda que podia ser comercializado e capitalizável como qualquer outra mercadoria.

Na Europa feudal, a Igreja, os reis, os nobres e os latifundiários não só eram os donos das melhores terras, como também mantinham os camponeses sob o jugo da servidão. As guerras camponesas recorrentes durante o feudalismo, constituíram sempre uma das forças motrizes principais das revoluções burguesas. Estas rebeliões eram atizadas pela determinação dos camponeses em diminuir ou abolir as pesadas e opressivas taxas, dízimos e todo tipo de obrigações devidas aos senhores feudais e conseguir a posse da terra que cultivavam.

No feudalismo, o trabalhador estava preso ao senhor e sua força de trabalho não estava à disposição das empresas capitalistas. A transformação da força de trabalho em mercadoria era uma condição indispensável para o desenvolvimento da produção capitalista como era a transformação das condições da propriedade da terra para o comércio de mercadorias.

O terceiro grande requisito para o desenvolvimento capitalista era a Formação de uma classe trabalhadora carente de propriedade. Este requisito se promovia através de diversas formas com o objetivo de conseguir um mercado amplo de oferta de trabalho livre que se canalizasse para sua exploração nas empresas capitalistas da Europa ocidental.

A quarta tarefa era eliminar os particularismos e unir o povo em um estado autônomo e soberano. Para constituir um mercado nacional se devia derrubar o provincialismo e abolir ou integrar os pequenos reinos e estados e unificar os pesos e medidas, a moeda e as tarifas aduaneiras. Os pedágios e taxas restritivos, impostos pelos governos aos grandes senhores, deveriam ser eliminados e trocados pelo livre comércio de pessoas e mercadorias. (No período colonial, eram impostos tarifas e pedágios aos viajantes e ao comércio entre as colônias). A imposição de cargas fiscais devia ser centralizada e estabilizar-se a atividade econômica do país por meio da adoção de uma moeda firme e de regulamentos fiscais uniformes.

A luta contra os particularismos conduziu de modo natural à unificação das partes separadas ou desmembradas da nação, como sucedeu nos Estados Unidos no século XVIII e com a Alemanha e a Itália no século XIX. Esta demanda pela unificação nacional ia acompanhada da luta pela independência dos opressores estrangeiros, os quais, ainda que no princípio, como representantes da pátria mãe, tinha sido um fator de progresso, havia se transformado com o tempo em autoridades extraordinariamente exploradoras e tirânicas. Fue así como Holanda arrojó al despotismo español en una larga y cruenta lucha, los Estados Unidos se liberaron de Inglaterra, e Italia arrancó el yugo austríaco.

A quinta tarefa foi acabar com a garra da Igreja católica e romana;

(...)

A sexta tarefa consistia em conseguir reformas políticas de caráter democrático.

(...)

Deve-se ter em consideração que todas as revoluções burguesas foram feitas por coalizões amplas e variadas, que entravam e abrigo por motivos vários, que defendiam também interesses diversos, levando a pontos de vista diferentes.

Os mais conservadores e mais dispostos à negociação eram os grandes magnatas endinheirados, encabeçados pelos príncipes do comércio, os banqueiros e os donos de minas. Um pouco mais audazes eram os novos homens do dinheiro, os comerciantes de ultramar, os donos de frotas mercantes e mais tarde os industriais das cidades e dos portos. Coligados a eles, se via com frequência os setores progressistas e prósperos de proprietários agrícolas, como os proprietários rurais médios ingleses (*gentry*) e os donos das plantações do sul dos Estados Unidos, assim como os membros plebeus do clero.

Os setores mais radicais vinham das classes urbanas inferiores: os mestres artesãos, os trabalhadores manuais, os diaristas e os pequenos comerciantes das cidades e povoados. Atrás deles vinham os que cultivavam a terra, os pequenos granjeiros e os camponeses, que constituíam a maioria da população que carregava a nação sobre suas costas.

Os trabalhadores assalariados que não tinham propriedades, os camponeses sem terra e demais grupos compostos de párias do campo e das cidades se colocavam à margem das forças revolucionárias.

As ações mais radicais e as propostas democráticas mais profundas vinham das capas médias e inferiores da sociedade burguesa que estava nascendo, as quais impulsionadas e apoiadas pelo que se chamava depreciativamente "a ralé" (*mobocracy* em inglês), os grupos mais pobres que trabalhavam com suas mãos.

Os setores plutocráticos e plebeus do movimento revolucionário nem sempre marchavam no mesmo passo, nem coincidiam na sua estratégia, ações ou objetivos. Na medida que a luta se aprofundava, os aliados do início tendiam a separar-se e, nos momentos críticos, inclusive se colocavam em posições opostas e se chocavam frontalmente.

Este fenômeno de choques sociais entre os mesmos protagonistas da revolução burguesa é muito evidente na divisão entre presbiterianos e dissidentes (*Dissenters* em inglês) e entre os cromwellianos e os niveladores (*Levellers*) na história da revolução inglesa; nas provas de força entre os partidos mais moderados e os mais radicais durante o ascenso e a queda da revolução francesa e no enfrentamento entre os dirigentes patriotas e os soldados e granjeiros pobres na guerra de independência norte-americana. A duração, a profundidade os resultados destas lutas estão diretamente relacionados com as conquistas que conseguiram as massas populares na sua luta democrática e com sua capacidade de mantê-las.

O objetivo fundamental da revolução burguesa era o estabelecimento de um novo regime político que apoiasse e protegesse os interesses burgueses. A forma de governo mais adequada para a estabilidade da sociedade burguesa era uma república parlamentar. Esta era a forma ideal de governo promovida pelos representantes democráticos mais consistentes, porém, se conseguiu somente em alguns períodos e se mantinha com grandes dificuldades.

Com o objetivo de garantir e manter este regime democrático, existiu um impulso revolucionário muito poderoso, capaz de colocá-lo em pé e de um capitalismo vigoroso e próspero capaz de mantê-lo.

Estas condições não estavam presentes em muitos dos países que foram integrados na economia mundial capitalista. De fato, a única grande potência do mundo ocidental que conseguiu estabelecer e manter uma república democrática sobre fundamentos burgueses durante dois séculos foram os Estados Unidos.

(...)

Os burgueses radicais e seus aliados não enfrentaram ao mesmo tempo o conjunto das tarefas da revolução democrática. Exatamente o contrário. Em primeiro lugar, se concentraram em remover os obstáculos mais urgentes e intoleráveis que lhes cortavam o caminho. Para os holandeses, os norte-americanos, os mexicanos e os italianos isso significava lutar pela independência nacional, pelo direito à sua autodeterminação.

Os problemas que ficavam foram resolvidos, quando foram, pouco a pouco, de acordo ao método de aproximações sucessivas. Enquanto os norte-americanos necessitaram de duas revoluções separadas, a primeira para conseguir a independência e a segunda, noventa anos depois, para abolir a escravidão, no México conquistou-se em uma só revolução a luta pela independência da Espanha e o fim da escravidão.

Deve insistir-se em que, em nenhum caso, apesar da profundidade e amplitude que tenham tomado, as revoluções burguesas resolveram todas as demandas de democratização. Na Inglaterra, por exemplo, as instituições medievais da monarquia, a igreja de estado e a Câmara dos Lordes existem até hoje, ainda que sejam débeis relíquias do passado. A vitória nortista sobre o sul escravista na guerra civil dos Estados Unidos concedeu somente a liberdade formal e não a igualdade real aos antigos escravos negros. E, por suposto, a revolução mexicana

não distribuiu de maneira igualitária a terra aos camponeses.

A realização plena de todas estas tarefas incompletas do programa democrático foi delegada, por necessidade histórica, ao movimento proletário como parte integrante da revolução socialista. Esta é a premissa básica da teoria da revolução permanente.